



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

062. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR PEB II – INTÉRPRETE DE LIBRAS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Leia a tira de Dik Browne a seguir para responder às questões 01 e 02:



(Disponível em: https://www.instagram.com/hagar_ohorrivel/)

01. Considerando o recurso visual e o diálogo de Hagar com o sábio, é correto afirmar que o efeito de sentido de humor decorre

- (A) da explicação do sábio para convencer Hagar de que vale a pena pagar pela revelação do segredo.
- (B) da manifestação de interesse de Hagar em ter sucesso financeiro com o conselho que o sábio lhe der.
- (C) da informação implícita de que Hagar é um dos tipos crédulos que garantem o sucesso do sábio.
- (D) do efeito, em Hagar, da atitude do sábio, que lhe apresenta um preço considerado exorbitante.
- (E) do sentido equivocado que o sábio atribui à pergunta de Hagar, à qual responde sucintamente.

02. Assinale alternativa em que o enunciado do texto está reescrito de acordo com a norma-padrão de regência e de crase.

- (A) Apresente à pessoas muito crédulas um serviço que elas possam pagar.
- (B) Ofereça à certas pessoas crédulas um serviço do qual não consigam recusar.
- (C) Faça à quem o consultar uma oferta de serviço de que ninguém se escuse.
- (D) Pessoas crédulas não têm força de resistir àquela boa proposta que oferecer.
- (E) À princípio, você deve convencer aos crédulos de que podem ter sucesso.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 03 a 08:

A subjetividade do tribunal racial

A ex-oficial de chancelaria Flávia Goes de Medeiros foi exonerada do Itamaraty há poucas semanas por não ter sido considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas, por meio do qual ingressou na instituição por concurso em 2024. O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”, verdadeiros tribunais raciais que, pautados por critérios absolutamente subjetivos, determinam, com base no olhar, quem é preto ou pardo o suficiente para ser digno de reparação histórica.

A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme os critérios utilizados pelo IBGE. Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação. Em outras palavras: o Estado que afirma confiar na palavra do cidadão para fins censitários é o mesmo que, no que concerne aos concursos públicos, demonstra não ter tanta confiança assim.

É no meio dessa confusão que as tais bancas de heteroidentificação, encarregadas de avaliar os traços fenotípicos dos candidatos, têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro. O resultado é este a que assistimos na administração e nas universidades públicas: a prevalência das percepções individuais dos membros dos tribunais raciais sobre critérios verificáveis de admissão, como, por exemplo, a condição socioeconômica dos postulantes.

Como bem observou ao Estadão o professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia, causa espanto a normalização, no Brasil, de uma polícia racial encarregada de examinar o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo, a tonalidade da pele e outros traços distintivos para decidir quem tem direito a se beneficiar de uma política pública. A descrição do professor Gomes pode soar desconfortável para muitos, mas é exatamente isso o que tem ocorrido.

É óbvio que fraudes existem e têm de ser combatidas. Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais que, repita-se, a lei autoriza que sejam autodeclaradas.

O País precisa debater sem paixões a existência dessas bancas de heteroidentificação. Na República, a vigência de políticas públicas não pode depender da avaliação pessoal de servidores incapazes de oferecer o que a própria Constituição exige deles: objetividade.

(Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 02.06.2026. Adaptado)

03. Publicado sob a rubrica “Opinião”, o texto expressa pontos de vista associados a argumentos. Assinale a alternativa em que se expressa um ponto de vista associado ao respectivo argumento, em conformidade com o sentido do texto.
- (A) A exoneração de Flávia Goes de Medeiros está sendo discutida na justiça por inaptidão para entrar no sistema de cotas definido por lei.
 - (B) As bancas de heteroidentificação atuam como tribunais raciais por haver interferência de juízos pessoais na apreciação das autodeclarações dos candidatos.
 - (C) A Lei nº 15.142/2025 reserva 30% das vagas no serviço público a quem se declara preto ou pardo por decisão do IBGE, ao fixar as características raciais.
 - (D) As bancas julgam com base nas condições socioeconômicas dos candidatos por seguirem a letra fria da lei e atentarem para o limite de 30% das vagas.
 - (E) É confusa a tomada de decisões das bancas com base em traços fenotípicos por ter o candidato deixado de apresentar o documento que comprova o que declarou.
04. No quarto parágrafo, a matéria do jornal cita a opinião do professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia. Esse recurso textual tem o objetivo de
- (A) convalidar a postura das bancas de heteroidentificação, por associação com as opiniões do professor citado.
 - (B) preservar a idoneidade do jornal, evitando que seja acusado de veicular fatos que carecem de prova consistente.
 - (C) apaziguar a polêmica em torno do assunto, deslocando a questão identitária do centro das atenções do leitor.
 - (D) comprovar a conveniência de a matéria se ater a opiniões que divirjam das suas, a fim de estimular o debate em torno do tema.
 - (E) ratificar o ponto de vista do jornal, mediante menção a uma fonte abalizada pela credencial acadêmica.
05. Assinale a alternativa em que o emprego e a colocação dos pronomes estão de acordo com a norma-padrão.
- (A) O candidato já aprovado em provas tem seus traços fenotípicos examinados por uma banca de heteroidentificação que deixa ele assumir ou não o cargo.
 - (B) A oficial de chancelaria não foi considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas; exoneraram-na, por isso, há poucas semanas.
 - (C) Bancas de heteroidentificação têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial e efetivamente praticam-no.
 - (D) Existe uma polícia racial que examina o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo etc.; e o pior é que lhe normalizaram.
 - (E) Há 30% das vagas no serviço público reservadas aos que se autodeclararem pretos ou pardos, mas essa autodeclaração submeterá-se a confirmação.
06. A passagem do texto em que se identifica emprego de palavra(s) em sentido figurado é:
- (A) O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”...
 - (B) A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos...
 - (C) Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação.
 - (D) Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro.
 - (E) Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais...
07. Observe o emprego das aspas nas passagens:
- ... o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”... (1º parágrafo)
- ... têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. (3º parágrafo)
- É correto afirmar que as aspas, nas respectivas passagens, sugerem a intenção de
- (A) fazer citação direta; sinalizar emprego de gíria.
 - (B) citar expressão técnica; expressar dúvida.
 - (C) provocar estranhamento; marcar precisão do termo.
 - (D) conferir ênfase; destacar a escolha do termo.
 - (E) destacar importância; reconhecer impropriedade do termo.
08. Considere as seguintes passagens:
- ... por não ter sido considerada **apta** a se beneficiar do sistema de cotas... (1º parágrafo)
- ... parâmetros objetivos **capazes de** definir... (3º parágrafo)
- ... o Estado que afirma **confiar na** palavra... (2º parágrafo)
- Assinale a alternativa em que as expressões destacadas estão expressas por seus respectivos antônimos e de acordo com a norma-padrão de regência.
- (A) insuficiente de; incapazes de; desacreditar na.
 - (B) inepta para; ineficazes para; descrever da.
 - (C) inabilitada a; impossíveis em; suspeitar da.
 - (D) incompetente para; difíceis para; prejudicar da.
 - (E) merecedora para; impróprios a; descredenciar da.

09. Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal.

- (A) Afirma-se que prevalece na avaliação percepções individuais dos que compõe as bancas.
- (B) Destina-se exatamente 30% das vagas a candidatos que se autodeclara negro ou pardo.
- (C) Dado as condições legais, não faz sentido critérios adicionais envolvendo análise subjetiva.
- (D) O problema da análise feita pela banca são os estereótipos culturais que a leva a cometer erros.
- (E) Estabelecidos critérios na lei, resta questionar as razões que fazem duvidar das autodeclarações.

10. A alternativa em que os verbos estão conjugados de acordo com a norma-padrão é:

- (A) Parecia óbvio que existissem fraudes; e era necessário haver quem se dispõe a combatê-las.
- (B) É óbvio que, se existirem fraudes, será preciso identificar os que se proporem a combatê-las.
- (C) Sendo óbvio que existiam fraudes, por que a autoridade não interviu para combatê-las?
- (D) Se as autoridades previrem que haverá fraudes, devem agir de pronto para impedi-las.
- (E) Se a imprensa vir com informações sobre fraudes, será necessário apurar a os fatos.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO

11. Alcântara (2022) entende que o período da pandemia foi também ocasião de reflexão sobre a adoção das tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelas escolas.

A autora afirma que, assim como historicamente já ocorreu com a lousa, os livros didáticos e materiais individuais de escrita, a introdução desses novos materiais e instrumentos tecnológicos na rotina escolar

- (A) tem o potencial de alterar a própria concepção de escola, assim como suas formas de organização e funcionamento.
- (B) representa barreira determinante à qualificação da educação pública, cada vez mais massificada e menos individual.
- (C) apenas acrescenta um recurso didático à prática pedagógica, sendo o material incapaz de provocar mudanças culturais na escola.
- (D) comprova haver nas escolas uma marcada oposição entre os proponentes de práticas inovadoras e os docentes, que se agarram a práticas tradicionais.
- (E) pode erradicar por completo a produção de desigualdades no interior da sala de aula, o que atesta para seu caráter revolucionário.

12. Tendo por referência a definição classificatória de Bonamino e Sousa (2012) para as avaliações da educação em larga escala, as avaliações de terceira geração são aquelas que

- (A) evitam tanto quanto possível provocar consequências diretas sobre escolas e currículos.
- (B) concentram seus instrumentos em questões discursivas, substituindo os itens objetivos das gerações anteriores.
- (C) utilizam critérios ligados ao ensino, e não à aprendizagem, para analisar a qualidade da escola.
- (D) são aplicadas exclusivamente em meio digital, agilizando o processo de coleta e análise.
- (E) integram políticas de responsabilização forte, com mecanismos de sanções ou recompensas em função dos resultados.

13. De acordo com Hernández e Ventura (2017), a definição do tema é o ponto de partida na organização do projeto de trabalho.

Assinale a alternativa que expressa corretamente a perspectiva dos autores acerca dessa etapa do projeto.

- (A) Recomenda-se defini-lo em relação às demandas que os alunos propõem, levando em conta uma organização curricular baseada nos interesses dos estudantes.
- (B) É prerrogativa da supervisão escolar, cuja perspectiva ampliada permite a identificação e a proposição de temas adequados a cada faixa etária e ciclo de escolarização.
- (C) Deve-se evitar a conexão entre os projetos novos e os anteriores, de modo a preservar o caráter de surpresa e novidade para os estudantes.
- (D) Os temas dos projetos devem opor-se ao currículo oficial, pois, caso fossem vinculados a ele, seriam incapazes de engajar os estudantes.
- (E) O professor deve escolher temas sobre assuntos que as crianças não conhecem, mas apresentá-lo de tal modo que elas sintam ter participado da decisão.

14. Mendes, Almeida e Toyoda (2011) descrevem um processo conjunto desenvolvido entre uma rede municipal de ensino e uma universidade federal. Nele, a comunidade acadêmica oferecia ajuda aos professores da rede, que voluntariamente compartilhavam problemas relacionados à inclusão escolar que poderiam ser trabalhados coletivamente. As autoras descrevem esse processo como um intercâmbio entre quem ajuda e quem é ajudado, de modo que o professor está a todo momento livre para aceitar ou rejeitar as soluções recomendadas durante a atividade.

Esse relato apresenta um exemplo do que as autoras denominam

- (A) supervisão escolar.
- (B) ensino mútuo.
- (C) consultoria colaborativa.
- (D) observação não participante.
- (E) pesquisa amostral.

15. Paulilo (2017), ao debater o fracasso escolar, mobiliza a perspectiva do importante educador e político brasileiro Anísio Teixeira.

Segundo o autor, Teixeira defende que a reprovação é um indicador de

- (A) qualidade do ensino, já que a escola tem o dever de selecionar os estudantes mais capazes, com base em parâmetros de alto desempenho.
- (B) falha da instituição e do sistema escolar, já que a escola tem o dever de ensinar a todos e assegurar o preparo para a vida comum dos cidadãos.
- (C) desestruturação familiar, já que o aluno oriundo de contextos disfuncionais apresenta déficits em sua performance acadêmica.
- (D) fatores individuais, já que a escola oferece as mesmas oportunidades a todos e deve evidenciar as limitações próprias de cada aluno.
- (E) justiça meritocrática, já que a escola deve efetivamente pautar a progressão escolar no esforço e nos resultados objetivos apresentados.

16. Entre as características dos multiletramentos que Rojo (2012) apresenta como unânimes para os estudos do campo, está o fato de os multiletramentos

- (A) seguirem a lógica de propriedade e o respeito à autoria, em conformidade com as relações de poder estabelecidas.
- (B) apresentarem-se como estáticos e unilaterais, devido ao afastamento gerado pelas tecnologias de comunicação contemporâneas.
- (C) favorecerem uma interação crescentemente competitiva perante o individualismo das sociedades capitalistas.
- (D) dependerem da distribuição controlada da informação, no que as mídias tradicionais, como o jornal e a televisão, são protagonistas.
- (E) serem híbridos, fronteiriços e mestiços no que diz respeito às linguagens, aos modos, às mídias e às culturas.

17. Hoffmann (2011) afirma a existência de uma “dicotomia educação e avaliação”. Na perspectiva da autora, essa dicotomia é

- (A) uma conquista dos movimentos educacionais progressistas, pautados em evidências científicas.
- (B) uma consequência da crescente influência do construtivismo sobre as práticas escolares.
- (C) um avanço da cultura escolar, enquanto consciência da necessidade de objetividade nos processos avaliativos.
- (D) uma falácia, pois toda ação educativa deve ser constantemente avaliada pelo professor.
- (E) um erro analítico, ao tratar esses dois termos equivalentes como fenômenos distintos.

18. Diante da multiplicidade de interpretações sobre o conceito de currículo, Silva (2016) resgata as contribuições de Sacristán para delimitá-lo como a expressão da função socializadora e cultural da escola.

Para Sacristán, segundo o autor, o desenvolvimento de currículos escolares é

- (A) uma prerrogativa exclusiva da escola e de seus agentes.
- (B) uma produção que ocorre no âmbito político.
- (C) um produto técnico que, como tal, deve ser ideologicamente isento.
- (D) uma tradução das necessidades individuais de cada aluno.
- (E) um processo normativo centralizado nas instâncias reguladoras.

19. A partir de sua compreensão sobre os saberes docentes e a formação profissional de professores, Tardif (2012) defende o que denomina “epistemologia da prática profissional”.

Trata-se de uma perspectiva a respeito da docência que implica o estudo do conjunto

- (A) dos saberes realmente utilizados pelos profissionais em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar todas as suas tarefas.
- (B) dos conceitos e das teorias científicas, que determinam a atuação dos professores, tornando-a abstrata e artificial.
- (C) dos sujeitos diretamente envolvidos no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, ou seja, professores e estudantes.
- (D) das regras de atuação externamente impostas ao professor, seja pela unidade escolar em que trabalha, seja pelo Estado.
- (E) dos movimentos pedagógicos historicamente predominantes, desde o ensino tradicional até o construtivismo e a neurociência.

- 20.** Veiga (2009) afirma que o papel de liderar o processo de construção, execução e avaliação do projeto político-pedagógico (PPP)
- (A) acaba sendo extinto quando se adota uma perspectiva efetivamente democrática.
 - (B) é uma atribuição específica dos supervisores de ensino e das secretarias de educação.
 - (C) deve ser preferencialmente exercido por agentes externos ao corpo gestor da escola.
 - (D) cabe aos responsáveis pela coordenação pedagógica e pela orientação educacional.
 - (E) tende a ter maior qualidade técnico-política quando exercido por consultores especializados.
- 21.** Entre as diretrizes relacionadas a sequências de ensino-aprendizagem dentro do paradigma das competências, Zabala e Arnau (2020) defendem que as atividades partam de situações significativas e funcionais.
- Para os autores, isso se deve ao caráter
- (A) episódico do ensino de competências, possibilitando que ele integre a metodologia pedagógica especificamente quando for desejável maior motivação estudantil.
 - (B) disciplinar do ensino de competências, possibilitando que estas emergjam preferencialmente do domínio factual dos saberes de cada campo de conhecimento.
 - (C) procedimental do ensino de competências, possibilitando que um procedimento possa ser aprendido junto à capacidade de usá-lo quando necessário.
 - (D) abstrato do ensino de competências, possibilitando que o trabalho a ser realizado seja flexível e evitando a delimitação objetiva do objeto de estudo.
 - (E) simplificado do ensino de competências, possibilitando que todos os estudantes alcancem os resultados previstos a partir das soluções transmitidas pelo professor.
- 22.** O conceito piagetiano de “pensamento egocêntrico”, conforme exposto por La Taille (in La Taille; Oliveira; Dantas, 1992), define-se
- (A) pela capacidade da criança de manter, ao longo de uma conversa, a coerência de suas definições e afirmações.
 - (B) pela tendência de crianças pequenas de elegerem o ponto de vista próprio como absoluto.
 - (C) por uma hipertrofia do “eu” e, portanto, por um comportamento autonomamente regulado.
 - (D) por um traço patológico de personalidade, sendo verificável em indivíduos incapazes de sentir empatia.
 - (E) pela capacidade da criança de aplicar a si própria as regras que regulam o comportamento do outro.
- 23.** Em relação às políticas avaliativas, o Decreto nº 12.686/2025, em seu art. 4º, assume como um dos objetivos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva assegurar
- (A) a isonomia nas avaliações, por meio de instrumentos padronizados para todos os estudantes.
 - (B) a dispensa das avaliações a estudantes acolhidos pelo Atendimento Educacional Especializado, exceto quando optarem pelo contrário.
 - (C) a garantia de adaptações razoáveis, nos diferentes níveis, etapas e modalidades educacionais.
 - (D) a priorização de testes objetivos como instrumento de avaliação do público-alvo da Educação Especial.
 - (E) a concessão obrigatória de pontuação extra aos alunos com deficiência, proporcionalmente às barreiras impostas por cada caso.
- 24.** Considerando as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução nº 01/2012), é correto afirmar que a Educação em Direitos Humanos articula-se a diferentes dimensões, entre as quais está o fortalecimento de práticas que envolvem
- (A) o reconhecimento das desigualdades como fator inevitável na globalização.
 - (B) a predileção pelo conceito de igualdade em lugar do de equidade social.
 - (C) a redução da diversidade, por ser produto de discriminações sociais.
 - (D) a reparação das diferentes formas de violação de direitos.
 - (E) o florescimento de uma civilização mais homogênea e, portanto, tolerante.
- 25.** A indisciplina de crianças e adolescentes pode ser um desafio tanto dentro quanto fora da escola.
- Em suas ações diante desse contexto, educadores devem respeitar as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que, em seu art. 17, estabelece
- (A) a prerrogativa exclusiva dos pais no uso do constrangimento como sanção perante ao comportamento inadequado.
 - (B) o dever de observância da proporcionalidade no uso da violência como forma de correção da indisciplina.
 - (C) o controle adulto sobre imagem, identidade, espaços e objetos pessoais das crianças, devido à carência de autonomia na infância.
 - (D) a proibição de repreensão da criança e do adolescente por parte de adultos, por quaisquer que sejam os meios.
 - (E) o direito ao respeito, que consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considere o texto a seguir para responder as questões de 26 a 29:

Concepções sobre língua de sinais e pensamento dos surdos e suas implicações para o ensino de conceitos abstratos

Uma constante preocupação entre professores e outros profissionais envolvidos na educação de surdos diz respeito ao ensino de conceitos abstratos, em geral, relacionados às chamadas ciências naturais, tais como a biologia, a física e a química.

As origens da chamada escola alemã de educação de surdos remontam às ideias do médico suíço Johann Conrad Amman, que viveu entre 1669 e 1724. Amman acreditava na superioridade da fala na expressão tanto de emoções quanto de ideias e conceitos, defendia que somente por meio dela seria possível desenvolver faculdades mentais complexas. Consequentemente, ele sustentava que outras formas de comunicação, entre elas, os sinais, as imagens e os gestos, eram imperfeitas e inferiores. Sendo assim, em sua visão, as pessoas surdas estariam impossibilitadas de desenvolver pensamento abstrato, logo, estariam presas a uma vida de sensações e sentimentos. Como defendia que tal fato não poderia ser “consertado” com a língua de sinais, Amman sustentava que o ensino da fala a crianças surdas deveria ser o objetivo principal de sua educação, pois isso lhes permitiria a comunicação com a maioria ouvinte e, mais do que isso, as elevaria à condição humana.

Samuel Heinicke, um educador prussiano, é responsável pela institucionalização do discurso e dos métodos oralistas de educação de surdos na Alemanha. Heinicke acreditava que a origem do pensamento está na língua falada. Logo, para ele, o pensamento não pode ocorrer sem fala. Sua visão colocava os surdos na condição de sujeitos que não conseguem pensar abstrata ou conceitualmente, mas tão-somente em termos concretos. Ademais, ele não acreditava que a escrita seria uma boa substituta para a língua falada, pois defendia que qualquer experiência visual estaria presa ao concreto e que somente a percepção auditiva da voz oferece meios para o desenvolvimento de pensamento abstrato. Decorre aí que, assim como Amman, o referido educador era totalmente contrário ao uso da língua de sinais na educação de surdos.

Contemporaneamente à escola alemã, a escola francesa, iniciada pelo abade l'Epée, propunha uma visão diferente, já que reconhecia o valor da língua de sinais na educação dos surdos. Por essa razão, o método de l'Epée também é referido como manualismo. l'Epée acreditava que os gestos eram a verdadeira linguagem natural e universal da humanidade. Apesar disso, ele os via como incapazes de, por si só, representar toda a riqueza da língua francesa. Sendo assim, a partir dos “gestos” usados por seus discípulos surdos, criou um sistema de representação manual para essa língua, que designou como “sinais metódicos”. Por meio desses sinais, podiam-se representar não apenas aspectos da língua francesa que não têm correspondentes na língua de sinais, mas também, conceitos abstratos e complexos, por meio da sua decomposição em conceitos elementares e concretos, expressos cada um por um sinal metódico diferente.

Visões como a de Amman e Heinicke começaram a ser desconstruídas no âmbito da linguística a partir do trabalho pioneiro de William Stokoe (1960), que demonstrou que a língua de sinais americana (*American Sign Language – ASL*), e, por extensão, as diversas línguas de sinais do mundo são línguas naturais, pois apresentam os mesmos princípios organizacionais que as línguas faladas. Com isso, caem por terra todas as afirmações que embasaram a imposição do método oral puro na educação de surdos, entre elas, a de que as línguas de sinais são incapazes de expressar conceitos abstratos.

(André Nogueira Xavier, Revista Porto das Letras, “Concepções sobre língua de sinais e pensamento dos surdos e suas implicações para o ensino de conceitos abstratos”. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/11437/18307>. Adaptado)

26. Segundo o texto, para o médico suíço Johann Conrad Amman, o objetivo central da educação voltada para surdos deveria envolver o

- (A) uso de sinais, gestos e imagens para se referir a conceitos abstratos.
- (B) ensino da fala, ou seja, de uma língua oral para expressar emoções e ideias.
- (C) uso das línguas de sinais para o desenvolvimento das faculdades mentais complexas.
- (D) uso de gestos e mímicas que pudessem expressar o seu pensamento.
- (E) ensino de sinais metódicos para se comunicar com a maioria ouvinte em sala de aula.

27. De acordo com o artigo, as ideias do médico suíço Johann Conrad Amman e do educador prussiano Samuel Heinicke são

- (A) convergentes, pois os dois estudiosos defendiam que, apenas com o uso de sinais, os surdos poderiam desenvolver o pensamento abstrato.
- (B) divergentes, pois o primeiro defendia que os surdos são impossibilitados de desenvolver o pensamento abstrato, enquanto o segundo considerava que isso era possível se o surdo dominasse a escrita da língua oral.
- (C) convergentes, pois os dois defendiam que, apenas por meio da fala, os surdos poderiam desenvolver seu pensamento abstrato.
- (D) convergentes, pois os dois estudiosos defendiam o uso das línguas de sinais como a única forma de ocorrer a educação formal de surdos.
- (E) divergentes, pois o primeiro defendia que, com o uso da língua de sinais, os surdos conseguiriam se desenvolver mentalmente, enquanto o segundo era totalmente contra o uso da sinalização no ensino.

28. No texto de André Nogueira Xavier, é relatado um dos mitos históricos a respeito das línguas de sinais: elas serem incapazes de expressar conceitos abstratos, mas apenas aquilo que é concreto e visualmente representado no mundo. O artigo traz um pensamento equivocado a respeito da língua de sinais, à parte dele, assinale a alternativa que apresenta outro pensamento equivocado sobre essa linguagem.
- (A) É uma língua de outra modalidade, diferente da língua oral.
 - (B) Sua sintaxe depende de expressões faciais, além dos sinais manuais.
 - (C) Os sinais podem ser realizados com as duas mãos.
 - (D) É a mesma, independentemente da parte do mundo em que é realizada.
 - (E) Conta com recursos visuais e gestuais na criação de seus enunciados.
29. Segundo o texto, a escola francesa, iniciada pelo abade L'Epée, diferenciava-se da escola alemã, principalmente, porque defendia
- (A) um método de ensino de conceitos abstratos por meio do uso da língua francesa.
 - (B) o uso das línguas de sinais na comunicação apenas em situações informais.
 - (C) o uso da língua oral apenas quando os surdos deveriam se referir a conceitos abstratos e complexos.
 - (D) o uso das línguas de sinais para expressar apenas elementos concretos do mundo.
 - (E) o manualismo na educação dos surdos, já que, para ele, o gesto era a linguagem natural e universal do ser humano.
30. Um evento que marcou a educação dos surdos foi o "Congresso de Milão", realizado em 1880. Sobre esse evento, é correto afirmar que a principal decisão tomada durante o congresso foi a
- (A) obrigatoriedade do uso das línguas de sinais como a melhor forma de educar e inserir as pessoas surdas na sociedade.
 - (B) obrigatoriedade do oralismo na educação dos surdos como sendo a melhor maneira de educar e inseri-los na sociedade.
 - (C) recomendação do uso simultâneo de gestos e da oralidade como método mais eficaz no ensino para surdos.
 - (D) recomendação do uso da língua oral na sua modalidade escrita como a forma mais eficaz de associar a comunicação dos alunos surdos à fala dos ouvintes.
 - (E) obrigatoriedade do bilinguismo nas escolas de surdos como sendo a melhor forma de educá-los e inseri-los na sociedade.
31. A escola francesa, desenvolvida pelo abade L'Epée, teve grande influência na história da educação de surdos no Brasil, porque
- (A) L'Epée veio morar no Brasil e fundou a primeira escola para surdos, no Rio de Janeiro, em 1771.
 - (B) L'Epée convenceu D. Pedro II a investir na escola de surdos em Paris, que recebia alunos surdos brasileiros para intercâmbio.
 - (C) L'Epée visitou o Brasil, durante o segundo Império, e estimulou a fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em 1857, no Rio de Janeiro.
 - (D) muitos estudiosos surdos, educados em Paris por L'Epée, vieram ao Rio de Janeiro e se tornaram intérpretes de libras nas igrejas brasileiras.
 - (E) L'Epée convidou D. Pedro II para conhecer a primeira escola para surdos em Paris, e o imperador brasileiro o imitou, criando a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), em 1987, em São Paulo.
32. Qual dos educadores a seguir participou ativamente do início da educação para surdos no Brasil?
- (A) D. Pedro II.
 - (B) Johann Conrad Amman.
 - (C) L'Epée.
 - (D) Samuel Heinicke.
 - (E) Édouard Huet.
33. Historicamente, pode-se dizer que a educação para surdos passou por três modelos diferentes, respectivamente:
- (A) oralismo, sinais metódicos e comunicação total.
 - (B) oralismo, comunicação total e manualismo.
 - (C) bilinguismo, comunicação total e oralismo.
 - (D) oralismo, comunicação total e bilinguismo.
 - (E) oralismo, bilinguismo e sinais metódicos.

34. O trabalho linguístico pioneiro de William Stokoe, em 1960, sobre a língua de sinais americana, concentrou-se, principalmente:
- (A) no estudo de métodos educacionais que priorizavam o uso das línguas de sinais.
 - (B) na descrição da gramática da ASL, com enfoque na fonética e na fonologia dessa língua.
 - (C) na descrição das estratégias discursivas que envolvem sinais e gestos nas construções de narrativas sinalizadas.
 - (D) no estudo comparativo entre diferentes línguas de sinais, que possuem uma estrutura gramatical parecida.
 - (E) na descrição de aspectos pragmáticos do uso das línguas de sinais que provaram que essas línguas eram naturais.
35. Uma das grandes contribuições de William Stokoe para a linguística das línguas de sinais foi a descrição dos parâmetros formais que compõem os sinais. Assinale a alternativa que contém os elementos que foram descritos por esse pesquisador.
- (A) As expressões faciais; o movimento das mãos; a orientação da palma.
 - (B) O movimento; a localização; a configuração das mãos.
 - (C) O movimento; a configuração e orientação das mãos; as expressões faciais.
 - (D) O movimento; a localização das mãos; as expressões faciais.
 - (E) A localização das mãos no espaço; a orientação da palma; as expressões faciais.
36. A partir dos estudos de Stokoe, sabe-se que os sinais são formados por parâmetros e que a mudança de um deles pode alterar o sentido de uma sinalização. Pode-se dizer que esses parâmetros equivalem
- (A) aos morfemas das línguas orais.
 - (B) às palavras das línguas orais.
 - (C) aos fonemas das línguas orais.
 - (D) aos sintagmas das línguas orais.
 - (E) à prosódia das línguas orais.
37. É correto afirmar que, dentre os sinais a seguir, é obrigatório o uso de uma expressão facial específica no sinal de
- (A) CASA.
 - (B) HOMEM.
 - (C) MAGRO.
 - (D) ÁGUA.
 - (E) ESCOLA.
38. Analise os pares de sinais a seguir e assinale aquele em que a diferença entre as sinalizações envolve o parâmetro da localização da mão.
- (A) APRENDER e LARANJA
 - (B) LARANJA e SÁBADO
 - (C) AMANHÃ e NÃO SABER
 - (D) HISTÓRIA e LEMBRAR
 - (E) a letra P e a letra K
39. Embora não seja um consenso na literatura sobre as línguas de sinais, Quadros e Karnopp (2004) descrevem os verbos direcionais como pertencendo a uma categoria de sinais que sofrem flexão de número e pessoa e que estabelecem concordância com seu sujeito e seu objeto. Segundo as autoras, é correto afirmar que é direcional o sinal de
- (A) NADAR.
 - (B) COMER.
 - (C) TER.
 - (D) SOFRER.
 - (E) PERGUNTAR.
40. Observe a imagem a seguir:



(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

As línguas de sinais contam com um alfabeto manual e o recurso da datilologia para soletrar palavras da língua oral, nomes, termos que ainda não estão sinalizados, ou que não foram bem compreendidos no contexto. Nesse contexto, é correto afirmar que a palavra do português soletrada na imagem foi

- (A) Leandro.
- (B) Desenho.
- (C) Lentidão.
- (D) Desgosto.
- (E) Leonardo.

41. Analise a imagem a seguir:



(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Assinale a alternativa que apresenta um adjetivo que poderia ser considerado o antônimo do sinal realizado na imagem.

- (A) Quente.
- (B) Amável.
- (C) Bonito.
- (D) Rápido.
- (E) Frio.

42. O sentimento de pertencer a uma comunidade surda está principalmente associado

- (A) à condição biológica da pessoa.
- (B) ao grau de parentesco com outras pessoas surdas.
- (C) ao uso da língua de sinais.
- (D) à capacidade de oralização.
- (E) à localização de sua moradia.

43. A literatura produzida em língua de sinais apresenta características próprias da modalidade linguística em que é produzida. Dentre os aspectos listados a seguir, qual deles é característico dos textos sinalizados?

- (A) Criação de metáforas ou imagens poéticas.
- (B) Escolha refinada de vocabulário.
- (C) Versão de clássicos da literatura infanto-juvenil.
- (D) Intertextualidade com outros textos conhecidos.
- (E) Simulação das ações e falas das personagens com o corpo.

Considere o texto a seguir para responder as questões de 44 a 50:

Estudante surdo processa faculdade por falta de intérprete em sala de aula

Defendida pelo Ministério da Educação, a política de inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino é mais complicada do que sugere a teoria. Surdo, o estudante de administração Diego dos Santos Daris, de 21 anos, move uma ação na 3ª Vara Cível de Campo Grande, na Zona Oeste, contra uma faculdade por não dispor de intérprete adequado em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Mas a dificuldade de Diego, hoje instrutor de Libras numa escola municipal do bairro, começou bem antes.

Durante a infância, na falta de um alfabetizador que soubesse a língua de sinais, Diego aprendeu a ler e escrever por esforço da mãe, Leila dos Santos. Durante todo o período em que o filho estudou na rede municipal do ensino fundamental, coube a ela repassar as lições em Libras.

“Hoje sei que a rede municipal dá mais acompanhamento. Mas, naquela época, tive que ensinar tudo a ele nas oito séries”, conta Leila.

No ensino médio, Diego teve a sorte de se matricular no Colégio Albert Sabin, da rede estadual, em Campo Grande, onde havia profissionais capacitados em Libras – época em que ele “deslanchou”, nas palavras da mãe.

Os problemas voltaram no ano passado, quando Diego começou o curso de administração, também em Campo Grande. Havia uma intérprete contratada pela instituição de ensino, mas ela, por ser também aluna, não dava atenção exclusiva ao rapaz. Segundo a reitoria, a faculdade tem dez anos de experiência com alunos com necessidades especiais. Para a instituição, o que ocorreu com o aluno foi um problema pessoal com a intérprete.

(Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/estudante-surdo-processa-faculdade-por-falta-de-interprete-em-sala-de-aula-2801686>. Adaptado)

44. O texto afirma que a política de inclusão é mais complicada na prática do que na teoria. Entretanto, no Brasil, há uma lei para garantir a inclusão, a Lei nº 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e é destinada a:

- (A) assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania.
- (B) assegurar os direitos das pessoas com deficiência, em lugares públicos, cabendo aos setores privados promover meios de inclusão e cidadania a esses cidadãos nos demais ambientes.
- (C) descrever a pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.
- (D) instituir o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas.
- (E) reconhecer como meio legal de comunicação e expressão dos surdos a Língua Brasileira de Sinais.

45. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a situação vivida por Diego, tanto na faculdade quanto no período da alfabetização, descrita na reportagem, constitui um tipo de barreira

- (A) urbanística, pois a ausência de um intérprete ou de um educador que saiba libras é um entrave existente na escola que impede a participação social do surdo.
- (B) arquitetônica, pois se trata de um obstáculo que existe dentro de um prédio, no caso, as instituições de ensino por que Diego passou.
- (C) comunicativa e na informação, já que a ausência de intérpretes é considerada um entrave para a expressão e o recebimento de mensagens do aluno surdo.
- (D) atitudinal, pois a não contratação de um intérprete ou de um profissional que saiba libras é um entrave criado pela instituição, que não teve uma atitude cidadã e inclusiva.
- (E) tecnológica, já que o surdo, sem um intérprete em sala, não consegue ter acesso aos recursos tecnológicos utilizados como suporte para o ensino nas aulas.

46. A situação vivida pelo estudante Diego, aluno surdo de uma instituição de ensino superior, como descrita no texto, é um evidente caso de violação da Lei nº 13.146/2015, uma vez que viola o art.

- (A) 4º, pois a ausência de intérprete compromete o acesso do estudante surdo à educação em igualdade de condições com os demais alunos, podendo ser interpretada como uma forma de discriminação ou exclusão.
- (B) 5º, pois a ausência de intérprete compromete o acesso do estudante surdo à educação, podendo ser interpretada como uma forma de tortura ou oferecimento de condições não humanas ao aluno surdo.
- (C) 6º, pois a ausência de intérprete impede que o surdo realize suas próprias escolhas pessoais.
- (D) 6º, pois a ausência de intérprete afeta o pleno exercício de sua capacidade civil.
- (E) 8º, pois a ausência de intérprete pode ser considerada uma ameaça à saúde e à vida do surdo.

47. Considere o seguinte trecho do texto:

“Durante a infância, na falta de um alfabetizador que soubesse a língua de sinais, Diego aprendeu a ler e escrever por esforço da mãe, Leila dos Santos.”

A situação descrita no texto nos leva à reflexão de que a alfabetização do aluno surdo consiste no aprendizado do português _____, deve ser feita por meio do método da associação _____ de sinais com a linguagem escrita, em um contexto de ensino _____, e é fundamental para que a criança desenvolva a sua _____ e sua identidade social.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente as lacunas do texto.

- (A) oral ... fônica ... inclusivo ... cognição
- (B) oral ... visual ... bilíngue ... cognição
- (C) escrito ... fônica ... inclusivo ... cognição
- (D) escrito ... visual ... inclusivo ... oralidade
- (E) escrito ... visual ... bilíngue ... cognição

48. Observe o seguinte depoimento feito por Leila, mãe de Diego, para a reportagem apresentada:

“Hoje sei que a rede municipal dá mais acompanhamento. Mas, naquela época, tive que ensinar tudo a ele nas oito séries”.

Esse tipo de acompanhamento a que ela se refere, presente nas redes públicas de ensino, é feito por um

- (A) acompanhante familiar.
- (B) psicólogo.
- (C) médico otorrino.
- (D) assistente social.
- (E) profissional vinculado ao atendimento educacional especializado.

49. Analise o trecho a seguir, retirado do texto:

“No ensino médio, Diego teve a sorte de se matricular no Colégio Albert Sabin, da rede estadual, em Campo Grande, onde havia profissionais capacitados em Libras – época em que ele “deslanchou”, nas palavras da mãe.”

O comentário feito pela mãe sobre o desenvolvimento do filho depois que foi matriculado em uma escola da rede estadual, onde havia profissionais capacitados em Libras, comprova que o desempenho escolar

- (A) do aluno surdo está diretamente relacionado com o acesso ao seu meio de comunicação natural, no caso, a Libras.
- (B) depende de mais um profissional que pode auxiliar no aprendizado do aluno surdo, não necessariamente por meio da Libras.
- (C) do aluno surdo tem a ver com a maneira como ele é tratado na instituição de ensino, independentemente do modo como ele se comunica.
- (D) do aluno surdo é bem sucedido quando o empenho da mãe em participar do cotidiano escolar do filho é grande.
- (E) do aluno tem a ver com o sucesso dele no aprendizado do português, em sua modalidade escrita, pois o acesso à língua portuguesa lhe proporciona as condições para aprender as demais matérias.

50. A educação bilíngue que deve ser oferecida aos surdos consiste em oferecer o ensino de

- (A) português escrito como L1, e Libras, como L2, como se fosse uma língua estrangeira.
- (B) Libras e de português escrito como L1, uma vez que a aquisição das duas línguas ocorre ao mesmo tempo.
- (C) português escrito como L1, e Libras, como L2, simultaneamente.
- (D) Libras como L1 e português, em sua modalidade escrita, como L2.
- (E) Libras e português escrito como L1, e português falado, como L2.

REDAÇÃO

TEXTO 1

Mais de 30 anos após a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Brasil adapta a legislação a um novo contexto histórico: a vida digital. Com impactos diretos para escolas, famílias e o cotidiano de crianças e adolescentes, o ECA Digital inaugura um novo marco na regulação das plataformas e na proteção de direitos no ambiente online.

Essa atualização se tornou necessária porque o uso da internet por crianças e adolescentes cresceu muito. Segundo a edição de 2024 da pesquisa TIC Kids Online Brasil, 83% das crianças e adolescentes que usam a internet no país já têm contas em plataformas como WhatsApp, Instagram, TikTok e YouTube, mesmo quando esses serviços não são pensados especificamente para esse público.

(Ana Luísa D'Maschio. *O que é o ECA Digital e como ele impacta o cotidiano escolar*. Disponível em: <https://porvir.org>, 20.01.2026. Adaptado)

TEXTO 2



(Fred Santana. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br>, 17.03.2026. Adaptado)

TEXTO 3

A Lei nº 15.211, mais conhecida como ECA Digital, já está valendo. Entretanto, as *big techs* ainda corriam para adotar as medidas mais elementares previstas na legislação na véspera de sua vigência. Segundo a avaliação de especialistas, as iniciativas das empresas de tecnologia representavam apenas uma ínfima parte de tudo o que elas ainda precisavam fazer. Não será fácil: as mudanças impostas pelo ECA Digital enfrentam forte resistência das companhias estrangeiras, haja vista que impactam seu modelo de negócios. É evidente que as plataformas precisam estruturar ambientes mais seguros. Mas existe uma linha tênue entre o que cabe a elas e o que deve ser acompanhado pelos pais. Ferramentas de supervisão parental, como vincular a conta do filho a um responsável, já são realidade em alguns serviços, mas ainda inexistentes em outros.

O ponto é que, sem o acompanhamento ativo da família, qualquer sistema acaba falhando. A plataforma pode impedir anúncios direcionados ou bloquear certos conteúdos, mas dificilmente conseguirá substituir o papel de supervisão que cabe aos pais. O risco é que, ao transferirmos totalmente essa responsabilidade para empresas de tecnologia, acabemos criando uma sensação de falsa segurança.

(Estadão. *O ECA Digital começa mal*. Disponível em: www.estadao.com.br, 19.03.2026. Adaptado)

TEXTO 4

Especialistas já apontam fragilidades no novo ECA Digital. Há quem veja excesso de transferência de responsabilidade às famílias, como se pais e mães, sozinhos, pudessem enfrentar plataformas bilionárias movidas por um lucro inescrupuloso, alimentado justamente pela exposição precoce e pelo engajamento tóxico. Outros alertam para a timidez das sanções, a vagueza de conceitos e a ausência de mecanismos claros e eficientes de fiscalização. Protege-se a infância no discurso, mas preserva-se, na prática, a inércia estatal e o conforto econômico de quem lucra com o risco. Leis não fracassam sozinhas: fracassam quando o Estado não fiscaliza, não pune e não educa.

(Oscar Bessi. *ECA Digital: uma nova "Lei Maria da Penha", ótima sem mudar nada?* Disponível em: www.correiopovo.com.br, 11.02.2026. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

OS DESAFIOS DO ECA DIGITAL PARA GARANTIR A SEGURANÇA DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES NA INTERNET

REDAÇÃO

Os rascunhos não serão considerados na correção.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

